

Carta da Cepia

INFORMATIVO DA CEPIA – CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO

ANO IX NÚMERO 11 DEZEMBRO DE 2003

Fórum reúne representantes dos três poderes

Com 119 participantes, o Fórum da Sociedade Civil nas Américas reuniu representantes da sociedade civil e dos três poderes – executivo, legislativo e judiciário. Na pauta de debates, os *Novos Desafios da Responsabilidade Política* como forma de enfrentamento à violência contra as mulheres, ao HIV/Aids e à gravidez indesejada. As Ministras de Estado Matilde Ribeiro, Emília Fernandes, Benedita da Silva e a Deputada Federal Jandira Feghali (foto), foram alguns dos presentes que se comprometeram em acompanhar as discussões ainda mais de perto daqui para frente. O encontro, realizado pela Cepia e o Cfemea, com apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), terá nova versão em 2004. Págs. 8 e 9



FOTO JOSÉ RENATO

Programa em Direitos Humanos das Mulheres forma profissionais do país



FOTO VANDER CORREIA

Troca de informação, reciclagem de conhecimentos e algumas polêmicas marcaram o Programa Internacional de Formação em Direitos Humanos das Mulheres. Promovido pela Cepia, de 28 de novembro a 6 de dezembro, o curso capacitou profissionais de todo o país. “Foi ótimo rever e atualizar conceitos e sobretudo partilhar experiências”, disse Benilda de Brito (foto), do movimento de mulheres negras de MG. “O desafio agora é levar um trabalho desse para uma aldeia”, sintetizou Maria Inês de Freitas do movimento indígena, que também participou do curso. Para 2004, a Cepia quer trazer alunos da África e da América Latina. Págs. 3 e 4

Roxana Vásquez e Lillian Celiberti e o movimento feminista na América Latina

A peruana Roxana Vásquez (foto) da Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais Reprodutivos do Cladem e a uruguaia Lillian Celiberti da Articulación Feminista Marcosul, convidadas do Programa Internacional de Formação em Direitos Humanos das Mulheres, falaram à Carta da Cepia sobre as demandas do



FOTO JEANNE LIMA

movimento feminista hoje na América Latina. Págs. 6 e 7

Cepia lança 'cola de bolso' para auxiliar no atendimento às vítimas de violência sexual

Pág. 13

ARTIGOS

◆ **Jacqueline Pitanguy expõe os números da mortalidade materna no Brasil, estimada em cerca de 130 óbitos por 100 mil nascidos vivos.**
Pág. 10

◆ **Jefferson Drezett dá a dimensão do impacto da violência sexual sobre a saúde da mulher.** Pág. 11

◆ **Wilza Villela faz balanço do avanço do HIV/Aids no Brasil, que tem 10 mil óbitos por ano.** Pág. 12

◆ **Rosana Heringer e Dayse Miranda noticiam o Índice de Compromissos Cumpridos – ICC.** Pág. 14

◆ **Leila Barsted escreve sobre a nova lei contra a violência doméstica a partir da Conferência de Belém do Pará.** Pág. 15

Em defesa dos Direitos Humanos

Há dez anos, as Nações Unidas, na Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Viena, declararam que os Direitos Humanos das Mulheres e das Meninas eram parte inalienável e indivisível dos Direitos Humanos Universais. Fruto de um esforço do movimento feminista internacional, esse reconhecimento, no entanto, ainda não foi alcançado na maioria dos países signatários da histórica Declaração de Viena.

Consideramos que um dos requisitos básicos para efetivação dos Direitos Humanos, além de sua declaração em documentos e leis internacionais e nacionais, é o conhecimento e a internalização desses direitos por toda a sociedade, produzindo terreno propício para a implementação de políticas garantidoras desses direitos.

Face ao contexto internacional desfavorável ao respeito aos Direitos Humanos, da reapropriação do discurso sobre Direitos Humanos por parte de setores conservadores e fundamentalistas, tornam-se urgentes os esforços voltados para dar vida à Declaração de Viena e às Plataformas de Ação das Conferências do Cairo e de Beijing, instrumentos de luta na defesa dos Direitos Humanos, que destacam, particularmente, a titularidade das mulheres como sujeitos desses direitos.

Neste novo número da Carta da Cepia, apresentamos nossos trabalhos voltados para a difusão dos princípios contidos nesses importantes documentos internacionais e dirigidos especialmente para parlamentares,



gestores e funcionários de organismos governamentais e militantes de movimentos de Direitos Humanos. Dentre estes esforços destacamos especialmente dois: o seminário *Novos Desafios da Responsabilidade Política* e o I Curso do Programa Internacional de Formação em Direitos Humanos das Mulheres.

O seminário *Novos Desafios da Responsabilidade Política*, realizado em setembro, ofereceu um espaço onde representantes do legislativo, do executivo e de organizações da sociedade civil, além de profissionais das áreas de saúde, justiça e segurança, puderam refletir sobre o impacto do HIV/Aids, da gravidez não desejada e da violência contra a mulher à luz dos princípios norteadores dos Direitos Humanos – dentre os quais os

princípios da igualdade, da liberdade e do respeito às diversidades.

O Programa Internacional de Formação em Direitos Humanos das Mulheres, com seu primeiro curso realizado em novembro e dezembro, segue as recomendações de importantes textos de convenções internacionais, dentre os quais o da Cedaw, que ressaltam a importância de programas de formação voltados para o reconhecimento e a aplicabilidade dos Direitos Humanos das Mulheres. Tratando de temas como contexto nacional e internacional dos direitos humanos, direitos de cidadania, indicadores sociais, política, trabalho e renda, sexualidade e direitos sexuais, saúde e direitos reprodutivos, violência e acesso à justiça, relações raciais e estratégias de *advocacy*, o primeiro curso do programa contou com alunos oriundos de diversos estados brasileiros e de diferentes campos de atuação profissional e de militância.

A Cepia, com estes esforços, pretende responder à urgência de atualização constante e de alta qualidade, que fortaleçam os argumentos e as práticas das organizações e dos indivíduos para que melhor atuem na defesa dos Direitos Humanos e para que possam difundir os princípios norteadores desses direitos como ética necessária para um mundo melhor.

Para o ano de 2004, a Cepia pretende dar continuidade a estes projetos, ampliando ainda mais a sua abrangência, como forma de consolidar a sua política em defesa dos Direitos Humanos.

A Diretoria

Carta da Cepia

Informativo da Cepia – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação

Rua do Russel 694/201
Glória 22210-010 Rio de Janeiro RJ
Tel. (21)2558-6115 / 2205-2136
www.cepia.org.br
cepia@cepia.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Jacqueline Pitanguy
Leila Linhares Barsted

CONSELHO DIRETOR

Andrea Romani, Ely Diniz, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges da Costa, Leila Linhares Barsted, Regina Morel, Rosane Reis Lavigne, Sandra Azeredo, Vicente Barsted

CONSELHO CONSULTIVO

Helena Levin, Jaime Rabbi, Joel Rufino dos Santos, Maria Lúcia Heilborn, Peter Fry, Sérgio Adorno

EQUIPE

Adilson Damião, Adriana Mota, Dayse Miranda, Elisa Nascimento, Jeanne Lima, Maria Elvira Mello, Marina Gomes, Rosana Heringer, Ruth Mesquita, Sandra Infurna e Silvanice dos Santos

EDITORA RESPONSÁVEL

REPORTAGENS, ENTREVISTAS E REVISÃO
Denise Lopes

DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO

Sonia Goulart

FOTOLITO E IMPRESSÃO

Gráfica Imprinta

A CEPIA É A SEDE EXECUTIVA DO FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL NAS AMÉRICAS.

Aprendizado, trocas e polêmicas no

PROGRAMA INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES



FOTO VANOR CORREA



Profissionais de todo o país, comprometidos com a defesa dos Direitos Humanos, que atuam na prestação de serviços, como saúde, segurança, educação e justiça, participaram da capacitação

Foram 15 dias de muito aprendizado, polêmica e discussão. Reunidos no Hotel Novo Mundo, no Flamengo, 30 profissionais de todo o país, comprometidos com a defesa dos Direitos Humanos, que atuam na prestação de serviços em áreas estratégicas, como saúde, segurança, educação e justiça, participaram do Programa Internacional de Formação em Direitos Humanos das Mulheres. Promovido pela Cepia – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação, de 23 de novembro a 6 de dezembro, o evento marcou o Dia Internacional de Luta contra a Violência Doméstica e Sexual, comemorado em 25 de novembro, e aconteceu dez anos após a Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena ter cunhado, em novembro de 1993, a expressão 'Direitos Humanos das Mulheres'. Primeira iniciativa sistematizada de formação na área, que acontece no Brasil, o programa trouxe ganhos para todos.

“Achei o curso excelente para a minha prática. Este embasamento teórico é fundamental para que possamos buscar um tratamento mais humanizado em nossos serviços”, disse Penha Rocha, 38 anos, ginecologista da Gerência do Programa da Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde, e parceira da Cepia

no programa de capacitação para o atendimento de mulheres vítimas de violência sexual – estratégia iniciada em 2002 e que atende funcionários de todos os hospitais públicos municipais de emergência da cidade, além de seis maternidades mantidas pela Prefeitura do Rio.

O programa da Cepia, que conta com o apoio das Fundações Ford e Mac Arthur e tem parceria com o Centro Latino-Americano em Sexualidades e Direitos Humanos (CLAM), seguiu recomendações das Nações Unidas, que ressaltam a necessidade de ações educativas e de capacitação voltadas para o reconhecimento e a efetiva aplicação dos 'Direitos Humanos das Mulheres'.

“O movimento de mulheres do Brasil já é referência internacional. A Delegacia de Mulheres, por exemplo, é uma inovação nossa. Existe uma expertise no Brasil e por isto tivemos a idéia de propor esse curso. O primeiro de uma série, esperamos”, disse Jacqueline Pitanguy, diretora da Cepia.

Lílian Celiberti, diretora da ONG Cotidiano Mujer, ativista do movimento pelos Direitos Humanos das Mulheres e vítima da Operação Condor no Brasil, fez a palestra inaugural do curso, e a advogada Roxana Vásquez Sotelo, coordena-

dora da Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e Reprodutivos do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem) e diretora da ONG peruana Demus, falou sobre “Direitos Humanos das Mulheres na América Latina: balanços e perspectivas”.

Além de Lílian e Roxana, deram aulas durante o programa Valéria Pena, socióloga e Coordenadora de Gênero para a América Latina e Caribe do Banco Mundial, Flavia Piovesan, Procuradora do Estado de São Paulo e Professora da PUC-SP, membro do Cladem, Clara Araújo, Socióloga e Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ, Inês Pandeló, Deputada Estadual do PT/RJ, Rosana Heringer, socióloga, pesquisadora da Cepia e diretora do Centro de Estudos

FOTO VANOR CORREA



Maria Inês de Freitas da Funai do RGS apontou o distanciamento do movimento indigenista

Afro-Brasileiros da Ucam, Os 'Direitos Humanos das Mulheres', que envolvem desde a garantia da maternidade segura até os procedimentos necessários no atendimento de um caso de estupro, foram amplamente debatidos. Filomena Emília da Silva, 47 anos, agrônoma da

PROGRAMA

Secretaria Estadual de Cidadania e Assistência Social do Acre e fundadora, em 1994, da Casa Rosa da Mulher, primeira casa abrigo do Acre, lembrou o questionamento da existência destas residências – hoje 72 em todo o país –, voltadas para salvar mulheres sob o risco de morte. “Estas mulheres precisam abandonar seus lares em busca de anonimato e segurança. A discussão é importante, mas não podemos esquecer que casas abrigos ainda são responsáveis por muitas vidas”, disse.

chamar atenção sobre a necessidade de políticas públicas para a garantia dos Direitos Humanos”, disse Benilda Regina de Brito, 34 anos, psico-pedagoga, com especialização em Administração Pública e Direitos Humanos, coordenadora da ONG N’Zinga, professora de Direitos Humanos na Faculdade de Direito da PUC de Minas Gerais e mestrandia em Psicologia pela UFMG.

Dividido em dez módulos – Contexto Internacional dos Direitos Humanos, Contexto Legal e Direitos Humanos, Par-

tuar. A cultura é dinâmica. O que ficou mais evidente, neste curso, que me colocou em contato direto com outras experiências de luta, foi o distanciamento da caminhada das populações indígenas do movimento negro, feminista. Nossas conquistas existem, mas ainda são invisíveis, distanciadas e romanciadas”, disse Maria Inês de Freitas, 36 anos, pedagoga e funcionária da Funai, no Rio Grande do Sul, há 15 anos, trabalhando com alfabetização em aldeias Kaingang e Guaranis, e realizando especialização em Direitos Humanos, desde agosto, no Instituto de Pesquisa e Estudos Jurídicos, em Passo Fundo.

A Cepia, com larga experiência em treinamentos do tipo, e que realiza, periodicamente, há cerca de três anos, capacitação para médicos, enfermeiros e policiais de delegacias de mulheres para o atendimento de vítimas de violência, espera poder realizar nos próximos anos novas edições do curso.

“Esta foi a primeira vez que participei de um treinamento deste tipo. Aprendi muito com a intervenção dos colegas que vivem esses conceitos de Direitos Humanos no dia a dia”, resumiu Marcelo Sgarbossa, 28 anos, advogado do ‘Instituto de Acesso à Justiça de Porto Alegre’, ONG voltada basicamente para a inclusão social de processados e condenados penais, e colega de Maria Inês na especialização em Direitos Humanos em Passo Fundo.



Jacqueline Hermann, professora do IFCS/UFRJ, fez palestra sobre Violência e acesso à justiça

O programa cumpriu seu objetivo de difundir conhecimentos sociológicos, jurídicos, estratégicos e normativos, bem como de atuar no intercâmbio de experiências bem sucedidas, discutindo estratégias de difusão de conhecimentos, de promoção e de implementação dos Direitos Humanos das Mulheres. Atendeu à necessidade de uma formação contínua de lideranças do movimento social e de profissionais que desempenhem ou venham a desempenhar papel estratégico na formulação e desenvolvimento de políticas públicas a fim de fazer face aos retrocessos que ameaçam os Direitos das Mulheres. E respondeu de forma inovadora aos novos desafios que se apresentam para a expansão destes direitos, diminuindo a distância entre leis e práticas sociais.

“Foi ótimo rever e atualizar conceitos e sobretudo partilhar experiências. Outra coisa importante foi avaliar o papel das ONGs, que não pode se confundir com o do Estado. As ONGs devem estar bem informadas para poderem

participação Política, Direitos Reprodutivos e Saúde Reprodutiva, Autonomia Econômica, Trabalho, Pobreza e Renda, Relações Raciais, Violência e Acesso à Justiça, Sexualidade, Saúde e Direitos Sexuais, Estatísticas Públicas de Direitos Humanos e Estratégias de Ações Políticas – o curso teve aulas teóricas e práticas, estudos de caso, trabalhos em grupo, leituras individuais e outras técnicas pedagógicas.

“A experiência foi muito rica. Delineamos e visualizamos a consistência dos Direitos Humanos. Aprimoramos conceitos. O desafio agora é levar um trabalho desse para uma aldeia, onde os valores são tão singulares. Parâmetros são importantes, mas nem por isso precisam se perpe-



Leila Barsted deu aula sobre Estratégias de Advocacy

Direitos Humanos das Mulheres*

JACQUELINE PITANGUY E LEILA LINHARES BARSTED**



FOTO DENISE LOPES



"Encurtar o caminho entre leis e práticas sociais, reforçando o conceito de cidadania."

Há dez anos, a Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, reconhecia os Direitos Humanos das Mulheres como direitos inalienáveis. Parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. A expressão ganhou lastro político e fortaleceu o movimento feminista. Em 1994, a Declaração de Viena foi reforçada. A Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou numa assembléia, realizada no Brasil, a 'Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres', conhecida como 'Convenção de Belém do Pará'. A violência contra a mulher foi definida como qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico, tanto no âmbito público como no privado.

Embora o Brasil tenha assumido, ao ratificar esta Convenção, o compromisso de investir em políticas públicas nesta área e a legislação brasileira reconheça a plena cidadania das mulheres, estatísticas recentes do IBGE demonstram carência de serviços públicos, tais como polícia, atendimento hospitalar, abrigos, centros de orientação jurídica, voltados para mulheres vítimas de violência sexual e doméstica. Apenas 7% dos municípios brasileiros possuem delegacias especializadas para este tipo de atendimento, embora a criação deste serviço tenha sido

estabelecida de forma pioneira no Brasil, em 1983. Ou seja, há duas décadas.

São raros ainda os hospitais ou centros de saúde pública que acolhem com eficiência mulheres vítimas de violência sexual, oferecendo a tempo a contração de emergência e a profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis, apesar da existência, desde 1999, de uma norma técnica do Ministério da Saúde,

regulamentando este serviço. Estes dados, aliados a outros, tais como o diferencial de renda entre homens e mulheres, a baixa participação feminina nas instâncias de poder político ou ainda o alto índice de mortalidade materna, comprovam que o reconhecimento de fato dos Direitos Humanos das Mulheres ainda está inconcluso no Brasil.

Mesmo admitindo-se que as condições para o exercício dos Direitos Humanos são difíceis tanto para homens como para mulheres, o fato destas terem obtido mais tardiamente o status de cidadãs – afinal, o voto feminino no Brasil data de 1932 –, e de ainda hoje estarem pouco representadas nas esferas de decisões políticas, faz com que sejam lesadas de forma mais contundente no exercício de seus direitos.

No contexto da celebração dos dez anos da Declaração de Viena e do Dia Internacional de Luta contra a Violência Doméstica e Sexual, celebrado em 25 de novembro, faz-se mais do que necessário dar continuidade à luta por políticas públicas eficientes, que respondam às demandas das mulheres. Bem como, reforçar o trabalho de órgãos estratégicos, tais como o da Secretaria Especial de Política das

Mulheres do Governo Federal e de instâncias semelhantes nos estados e municípios. Às organizações não governamentais cabe o papel de difundir os Direitos Humanos como princípio ético norteador das relações sociais.

Com este propósito, a Cepia realizou seu Programa Internacional de Formação em Direitos Humanos das Mulheres. A iniciativa seguiu recomendações das Nações Unidas que ressaltam a necessidade de ações educativas voltadas para o reconhecimento e a efetiva aplicação dos 'Direitos Humanos das Mulheres'. Este Programa, assim como inúmeras outras iniciativas desenvolvidas por organizações da sociedade civil, tem por objetivo encurtar o caminho entre leis e práticas sociais, reforçando o conceito de cida-



dania em um país onde a cada dia os Direitos Humanos têm sido distorcidos em seu sentido e desrespeitados em sua aplicação.

* Artigo publicado, originalmente, na editoria de Opinião do JORNAL DO BRASIL, no dia 24 de novembro de 2003.

** Jacqueline Pitanguy, socióloga, e Leila Linhares Barsted, advogada, são diretoras da Cepia.

Semelhanças e diferenças entre Brasil e Peru



A advogada Roxana Vásquez Sotelo, coordena, há três anos, a *Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e Reprodutivos* do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem). Diretora da ONG peruana Demus, ela falou sobre "Direitos Humanos das Mulheres na América Latina: balanços e perspectivas" no I Curso do *Programa Internacional de Formação em Direitos Humanos das Mulheres*, promovido pela Cepia.

Como é a situação dos Direitos Humanos das Mulheres no Peru?

A legislação está muito avançada em alguns pontos, mas não é aplicada. Na área da violência tem boa cobertura. Mas em outros âmbitos, como os que envolvem questões de sexualidade, está retrocedendo. Este retrocesso é fruto de uma aliança entre alguns líderes políticos e a Igreja Católica, que tem muito poder no Peru. O aborto só é permitido em caso terapêutico para a mãe. Se ela for violentada, engravidar e quiser abortar não pode. Mas, nesse caso, a pena é atenuada. Ela sofre uma sanção, mas não é presa. O antigo Ministro da Saúde proibiu que fosse feita a anti-concepção oral de emergência até mesmo em casos de estupro. Na reforma constitucional, estão planejando terminar com todas as exceções para o aborto. E há dois anos, foram retiradas todas as menções à gênero da política pública de saúde do país.

O Peru tem uma grande população indígena, detentora de uma cultura singular. É difícil trabalhar conceitos de Direitos Humanos das Mulheres neste ambiente?

Somos um país mestiço, mesclado. Temos cerca de três mil etnias distintas convivendo. É preciso, então, muito diálogo inter-cultural. Somos cerca de 50,3% de mulheres, com uma taxa de nascimento de 2,6 filhos por mulher. Mas a gravidez adolescente vem crescendo muito. Quanto menor o nível de escolaridade, maior a incidência de gravidez em idade precoce. Então, teríamos que investir mais em educação, mas não investimos. Nossos problemas são basicamente os mesmos de qualquer país latino-americano. O cuidado com a terceira idade, com os filhos, sempre recai sobre a mulher. Um trabalho que não se reconhece. A sociedade vê a violência contra a mulher, mas não vê como a unidade familiar reproduz essa violência. Assim como se vê mais claro o tapa, a bofetada, mas não a violência psicológica. Ninguém fala em incesto, embora ele aconteça a toda hora. Cada imagem que a sociedade divulga, colocando a mulher como

objeto, também é uma violência. É a expressão mais brutal da visão de inferioridade que querem nos impingir. Por isso, se pode violar e se fazer o que se quiser com as mulheres. Essa construção de inferioridade é responsável em grande parte pela violência que sofremos.

É possível se conquistar algum avanço para o movimento feminista a partir de alianças como o Mercosul e a Alca?

Na opinião do Cladem, do ponto de vista dos Direitos Humanos, a visão destes pactos é negativa. Não há pessoas nessas negociações. Não se discute direitos culturais ou sociais. Além disso, as relações entre os países é de muita assimetria. O Peru não tem a mesma capacidade de negociação de uns EUA, de um Brasil. As classes dirigentes também não estão interessadas na defesa dos direitos do povo. Há uma crise séria de representatividade política nos países andinos. Alejandro Toledo (Presidente do Peru), há dois anos no poder, liderou a resistência ao Fujimori, mas não tem uma proposta clara de governo. Suas alianças políticas mudam e com elas mudam os interesses. Ele começou com um gabinete plural, mas aos poucos estes nomes foram saindo. Hoje, temos uma Ministra de Estado, Beatriz Merino, que embora tenha idéias também conservadoras, tem 65% de popularidade e sofre ataques dentro do governo. Alejandro detém apenas 17%, de acordo com as últimas pesquisas. A esquerda no Peru ficou bom tempo confundida com movimentos, como o Sendero Luminoso, que a associaram erroneamente ao terrorismo.

Quais as semelhanças entre a garantia dos Direitos Humanos das Mulheres no Brasil e no Peru?

Em geral, na América Latina, temos muitos pontos em comum. Como tendência, estamos ganhando reconhecimento formal em relação às questões de violência doméstica, de trabalho, de educação. Os Direitos Humanos, na prática, vêm se ampliando na participação política da mulher e na presença

pública destas em cargos governamentais. Mas ainda há uma enorme brecha na prática de muitos direitos. Saúde e educação continuam recebendo poucos recursos. Nossas políticas são muito pouco equitativas na distribuição de renda. Não somos os mais pobres, mas os mais injustos. Além disso, nossos operadores de políticas públicas têm o machismo em suas cabeças, que os impedem de ver a importância das mulheres no cenário nacional. Há uma cegueira generalizada que tem a ver com herança machista.

Quais as diferenças do movimento feminista no Peru e no Brasil?

O movimento feminista brasileiro é melhor, mais articulado e organizado. A plataforma que se construiu nestas últimas eleições, resultado deste trabalho, foi muito boa. Não temos este nível de pressão no Peru. Aqui, já se conseguiu vincular a discussão sobre o modelo de desenvolvimento aos Direitos Humanos das Mulheres. Lá, tentamos dar esta visão integrada, mas estamos longe de estabelecer esta articulação. Além disso, no Brasil, há uma aproximação maior entre o movimento feminista e os diversos movimentos correlatos, como o das mulheres negras. Vocês aqui não estão pensando só na lei, mas também numa forma de suscitar políticas públicas que possam dar praticidade a estas leis. Um exemplo é essa idéia estupenda de juntar neste programa de formação não só pessoas com participação ativa na defesa dos Direitos Humanos do Rio, mas de todo o país, para trocarem experiências e se reciclarem. Agradeço a oportunidade de poder ter vindo aqui difundir a *Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e Reprodutivos*. Tenho interesse em saber o que as pessoas que estão aqui sabem sobre a campanha, se têm vontade de apoiar. Espero que num próximo encontro se possa trazer alunos também de outros países da América Latina. Isso seria maravilhoso. Criaria uma rede muito eficiente.

Dez anos depois, não há mais demandas mínimas



 Lilian Celiberti, 53 anos, ativista uruguaia do Movimento pelos Direitos Humanos das Mulheres e diretora da ONG *Cotidiano Mujer*, foi vítima da "Operação Condor" – acordo tácito firmado pelas ditaduras do Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil para a detenção nesses países de seus 'inimigos políticos'. Em novembro de 1978, foi seqüestrada, em Porto Alegre, junto com Universindo Rodríguez Díaz, quando refugiados realizavam aqui campanha pelos desaparecidos. Extraditados para o Uruguai, amargaram cinco anos de prisão. Vinte e cinco anos depois, Lillian deu a aula inaugural do *Programa Internacional de Formação em Direitos Humanos das Mulheres*, promovido pela Cepia, e falou sobre os avanços do movimento feminista e as diferenças de enfoque deste nas décadas de 60 e 70 para os dias de hoje.

O que mais avançou nos Direitos Humanos das Mulheres desde a Conferência de Viena?

A visibilidade de que as mulheres têm direitos. Isso fez com que mais mulheres denunciasses situações de violência. Hoje, a mulher espancada no espaço doméstico tende a romper com essa situação de dominação. Há dez anos, ela não lograva interromper essa cadeia. A consciência coletiva é maior. O papel que as mulheres têm em casa somado à carga de trabalho fora implica numa nova pauta cultural. Reconhecer o trabalho doméstico é uma questão elementar de justiça. Todos comem. Então, por que só as mulheres devem cozinhar? Jovens devem ser educados para assumir suas responsabilidades. A educação formal tem que incluir esse princípio de justiça. E uma nova ética trabalhista e de cuidado da sociedade com os desprotegidos, os idosos, precisa ser fundada. Esse é um dos pilares básicos da violência. Não são aspectos legais e sim da cultura.

O que alavancou estes avanços?

Uma conferência condensa num momento, num texto, o que a sociedade organizada pensa. As Conferências dos anos 90, Viena, Rio 92 e outras, permitiram canalizar a voz da sociedade e, em especial, das mulheres nos canais internacionais. Muitas destas mulheres do movimento feminista são hoje técnicas de governos. A Conferência de Direitos Humanos de Viena, de 1993, incorporou ao corpo dos Direitos Humanos o que vinha sendo trabalhado pelos movimentos das mulheres. Têm sido lento incorporar estas questões. A Anistia Internacional fez uma campanha ano passado, mostrando a dificuldade de se incorporar questões culturais, conquistas recentes, que há 30/40 anos sequer eram citadas. Houve a batalha política para se ir às universidades. No Brasil, a mulher só ganhou cidadania em 1932. Vota pela primeira vez no pleito de 1933. A mulher lutou para não ser excluída da



FOTO DENISE LOPES
"O Brasil tem condições de liderar uma estratégia terceiro mundista"

democracia. Antes não se perguntavam nada. Era um problema da classe, da família.

E o que menos avançou nestes dez anos?

O direito de decidir sobre a reprodução. É preciso que a mulher tenha a possibilidade de dizer o que é melhor para ela, para seus projetos. Ter o direito de decidir sobre sua vida. Na América Latina, isso toca em concepções muito centrais.

Há como incluir na pauta do Mercosul, por exemplo, questões de gênero, de Direitos Humanos?

Nossas demandas não estão na pauta destas negociações. Creio que a sexualidade, o controle da reprodução ainda não são vistos como políticas. Na América Latina, há uma iniquidade na distribuição de renda, a pobreza é muito grande. E isto é muito profundo quando estamos falando da possibilidade de exercer cidadania e direitos. Mas não há um mínimo para a democracia. Sou contra essa concepção do mínimo. A população vai às ruas protestar. A Argentina passou, recentemente, por uma crise institucional. Na Bolívia, em La Paz, os protestos mobilizaram mais de 70% da população. Há uma insatisfação muito grande.

Há como agregar essas novas demandas ao contexto neoliberal em que vivemos?

Fundamos a *Articulación Feminista Marcosur* (www.mujeresdelsur.org.uy). Onde fazemos uma campanha contra o fundamentalismo. Dizemos que fundamental somos nós, com nossas diferenças e singularidades. O Brasil tem hoje condições de liderar uma estratégia terceiro mundista. E o governo brasileiro vem se empenhando nisso. Este é o momento em que devemos colocar em primeiro lugar a contradição entre pobreza e riqueza. A segurança é a última questão capitalista. Mas eles esquecem que a pobreza é a maior violência do mundo. E violência gera violência.

Qual a diferença entre a militância nas décadas de 60, 70 da de agora?

Corremos o risco de cair em esquematismos. Nos anos 60, 70, o que unificava era a ideologia de classe. Muitos movimentos políticos de esquerda eram liderados por setores médios, que se identificavam com as classes trabalhadoras. A questão se colocava entre capital e trabalho, e o socialismo é que iria mudar isso. Era um juízo de valor não só nas sociedades da América Latina. Hoje, a estrutura é diferente. As próprias classes trabalhadoras estão desagregadas, desarticuladas. Não existe mais o proletariado, como conhecíamos. Há uma nova forma de nucleamento coletivo. Emergiram outros agentes, com questões étnicas e de gênero, por exemplo. Com problemáticas que dão outras dimensões e que incluem uma questão de identidade. Tenho dificuldade de reconhecer e assumir discursos democráticos. Creio na idéia de Chantal Mouffe, filósofa francesa, que fundou o conceito de democracia radical. Não há um mínimo equivalente de demandas. Não acredito mais nessa idéia de mínimo. É todo um conjunto que precisa ser mudado.

Novos desafios da respo

Três Ministras de Estado, 17 parlamentares – entre senadores, deputados federais e estaduais e vereadores –, 12 assessores legislativos, quatro membros do Poder Judiciário, entre estes dois representantes da Procuradoria Geral da República, 12 profissionais de peso da área de saúde, 46 representantes de ONGs, expoentes dos executivos estadual e municipal e uma embaixadora brasileira, totalizando 119 participantes de nove unidades da federação, entre RJ, SP, DF, RO, GO, MG e BA. Este foi o saldo da reunião do Fórum da Sociedade Civil nas Américas, que, do dia 19 a 21 de setembro, discutiu, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, os *Novos desafios da responsabilidade política*.

A sociedade civil e as três esferas de poderes representados se comprometeram com a discussão, implementação e acompanhamento das políticas públicas apontadas durante o encontro para os três principais itens da pauta de debate: violência contra a mulher, HIV/Aids e gravidez não desejada. Nos trabalhos apresentados sobre o impacto na saúde da mulher a partir da violência e da gravidez não desejada, bem como nos desdobramentos sociais e econômicos do HIV/Aids no Brasil, a diversidade dos atores da reunião conferiu amplitude às discussões.

TEMAS – A médica Wilza Villela, diretora do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo, apresentou dados recentes sobre a evolução do HIV/Aids no Brasil. Segundo ela, existem, 257.780 casos notificados de Aids no país e mais 300 mil vivendo com HIV, na faixa de 15 a 49 anos, representando 0,65% da população. “São contabilizados cerca de 10 mil óbitos ao ano, segunda causa morte entre homens jovens e quarta entre mulheres. Desde o início da epidemia, foram registrados 120 mil óbitos por Aids no Brasil. A média de casos novos ao ano é de 21 mil, embora a ocorrência de novos casos venha diminuindo mesmo entre os grupos mais vulneráveis”, disse.

De acordo com Wilza, como em outros países, a distribuição dos casos segundo sexo e idade aponta para a “feminização” e “envelhecimento” da Aids e para a pauperização

FOTO JOSÉ RENATO PONTES



Leila Barsted, Emilia Fernandes, Jacqueline Pitanguy, Benedita da Silva, Guacira Oliveira, diretora da Cfemea, e Jandira Feghali, deputada federal, participaram do encontro do Fórum

desta expressa através da escolaridade que, em 2000, atingia até sete anos de estudo em 58.9% dos casos, contrastando com o percentual de 33.4%, na década de 80. “As taxas de mortalidade por Aids também são maiores entre negros. Dos milhões de casos de Aids que existem no mundo, apenas 300 mil têm acesso a tratamento completo. Destes, 135 mil estão no Brasil. O acesso possibilitou importante aumento de sobrevivência aos portadores, sendo responsável também por expressiva redução das internações hospitalares. Estima-se que as atividades de prevenção tenham evitado cerca de 600 mil novas infecções”, completou Wilza.

O médico Jefferson Drezett falando sobre sua experiência como Coordenador do

Núcleo Interdisciplinar em Atenção à Violência e ao Abuso Sexual do Hospital Estadual Leonor Mendes de Barros de São Paulo também forneceu dados estarrecidos sobre a violência sexual contra as mulheres no Brasil e no mundo. “No Japão, cerca de 75% das mulheres dizem terem sido submetidas a alguma forma de violência física, psicológica ou sexual por parte de seu companheiro. Taxas igualmente preocupantes foram reportadas por mulheres em Porto Rico (58%); Nicarágua (52%); Bolívia (46%); Quênia (42%); Colômbia (40%); Brasil (38%); Canadá (29%); Chile (26%); Suíça e Nova Zelândia (20%). Calcula-se que apenas 16% dos estupros são comunicados às autoridades nos EUA, e que, em casos de incesto, estes percentuais não consigam atingir nem 5%”, expôs Jefferson.

A taxa de infecções por doenças sexualmente transmissíveis em casos de violência, segundo Jefferson, é alta. “Entre 28 a 60% das mulheres sobreviventes da violência sexual são infectadas por uma doença sexualmente transmissível. A taxa específica de infecção por gonorréia pode variar entre 0,8 a 9,6%; entre 1,5 a 26% para a clamidiose; de 3,1 a 22% para a tricomoníase; de 12 a 50% para vaginose bacteriana; de até

FOTO JOSÉ RENATO PONTES



Silvina Ramos, diretora do Cedes (Argentina), e Marisela Padrón, diretora da Divisão para a América Latina e Caribe do UNFPA, participaram da mesa de abertura do Fórum

Responsabilidade política



1,6% para a sífilis; de 2 a 40% para o HPV; e de 3% para hepatite B. Entre as crianças os números são igualmente significativos. A taxa de infecção por gonorréia pode variar entre 2,8 e 28%; entre 1,2 a 8% para clamidiose; de 1 a 6% para tricomoníase; até 1,5% para sífilis, e de 0,1 a 0,5% para o vírus do herpes”, relatou. Segundo Jefferson, “muitas dessas doenças poderiam ser evitadas com o uso de medicamentos de reconhecida eficácia, se administrados dentro das primeiras 72 horas da exposição contaminante”.

Jefferson destacou ainda a elogiada iniciativa do Ministério da Saúde de publicar, em 1998, Norma Técnica estabelecendo um protocolo de orientação para assistência às doenças sexualmente transmissíveis, pautado nas mais seguras evidências científicas específicas, a fim de prevenir e tratar os agravos resultantes da violência sexual.

O tema da gravidez não desejada também foi lembrado. “Com 57 milhões de mulheres em idade fértil, o Brasil tem no abortamento inseguro a terceira causa da mortalidade materna. Cerca de 1,4 milhões de abortos são realizados por ano nos hospitais públicos do país, mas casos de anomalias graves irreversíveis, tais como a anacefalia, ainda não estão previstos por lei”, disse Jacqueline Pitanguy, diretora da Cepia.

Uma pesquisa realizada em parceria entre a Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) e o Ibope, em junho, com mais de duas mil pessoas em todo o país, também foi apresentada pela professora Elza Berquó.

Dos entrevistados, 41% declararam estar a par da discussão sobre o aborto. Percentual, estatisticamente, maior entre as mulheres (45%), entre pessoas mais escolarizadas (48%) e entre aquelas com maior rendimento familiar (51%). Apenas 1.3% dos entrevistados não tinham opinião formada sobre o assunto e 10% acharam que a lei deveria ser ampliada para permitir o aborto em outras circunstâncias.

FÓRUM – Criado em 1997, o Fórum tem como missão o avanço da justiça social, a equidade e a solidariedade através do estímulo à participação de ONGs na formulação de políticas públicas. Desde outubro de 2000, a Cepia exerce a secretaria executiva do Fórum da Sociedade Civil nas Américas, através da figura da socióloga Jacqueline Pitanguy.



Benedita da Silva, Ministra da Assistência e Promoção Social, fez palestra no encerramento do encontro

No fim de 2001, o Cedes e o Fórum organizaram, em Buenos Aires, uma reunião sobre “Los Nuevos desafíos de la responsabilidad política”. Mais de 100 parlamentares de todos os países da América Latina estiveram presentes para debater o impacto econômico, social e cultural sobre três problemas de saúde cruciais no campo dos Direitos Humanos: a violência contra a mulher, o HIV/Aids e a gravidez não desejada.

O encontro recebeu avaliação positiva e suscitou a realização de outras reuniões de cunho nacional sobre as mesmas temáticas. Tendo em vista a relevância destas questões, seu impacto na sociedade brasileira e a res-

ponsabilidade do poder legislativo frente aos desafios por estas colocados, a Cepia, em parceria com o Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) resolveu retornar ao tema no encontro realizado no Rio de Janeiro.

Além da Cepia e do Cfemea, organizadores do evento, e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), apoiador do encontro, estiveram representadas instituições de ensino e pesquisa e ONGs, tais como Advocaci, Agende, Agebde, AMB, Associação Mulher e Cidadania de Barra Mansa, CCR, Ceab/Ucam, Ceert, Cepal, Ciam, Cladem, Coletivo Feminista, Criola, Ecos, Enda Brasil, Fundação Alexandre de Gusmão, IPAS, IPPF, Rede Feminista de Saúde, Redeh, SOS Corpo e UFRJ.

Entre os parlamentares presentes, se destacaram a Senadora Fátima Cleide (RO), os Deputados Federais Roberto Gouveia, Telma de Souza e Iara Bernardi, além dos assessores da Senadora Roseana Sarney (MA) e do Deputado Federal Nelson Pellegrino (BA). Estiveram ainda presentes o Coordenador da 12ª Conferência Nacional de Saúde, Eduardo Jorge M. Alves Sobrinho e representantes da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, das maternidades Alexander Fleming, Herculano Pinheiro e Leila Diniz, do SOS Mulher Hospital Estadual Pedro II e do Paim/SES. Outro dado relevante, foi que mais de 20% dos participantes eram do sexo masculino.



A Ministra Matilde Ribeiro da Secretaria Especial de Política para a Promoção da Igualdade Racial falou na abertura do Fórum



A Ministra Emilia Fernandes apresentou projetos da sua Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, no último dia

Mortalidade materna

JACQUELINE PITANGUY*

A mortalidade materna se refere ao óbito sofrido por uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o seu término. Evitável em mais de 90% dos casos, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), constitui grave problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos.

A maior incidência dos óbitos maternos se verifica nas regiões pobres e evidencia relações estruturais entre corpo e sociedade, que atingem fundamentalmente mulheres pobres e de baixa escolaridade, com menor acesso a serviços de saúde de qualidade. A precariedade de atendimento durante o pré-natal e o parto, tanto do ponto de vista de instalações e procedimentos, quanto do despreparo técnico dos profissionais no trato com a gestante, constitui grave violação ao direito à saúde, que se agrava ao constatarmos que as principais causas da mortalidade materna, tais como hipertensão arterial, hemorragias, infecção pós-parto e aborto inseguro, são de simples prevenção.

Mudanças significativas no quadro nacional da mortalidade materna, estimada em cerca de 130 óbitos de mulheres por 100 mil nascidos vivos, dependem menos de avanços tecnológicos e científicos do que de medidas de baixo custo e de fácil implementação. Nos países desenvolvidos esta relação oscila em torno de 10 óbitos e em países em desenvolvimento, como o Chile e a Costa Rica, em torno de 20. Não há, portanto, desculpas para a manutenção deste quadro que permanece praticamente estável desde 1980 e que envergonha nosso país diante de nações em patamares similares de desenvolvimento.

Não há escassez de recursos materiais e sim de comprometimento político com o direito fundamental das mulheres de gerar a vida e continuar vivendo. Falta comprometimento para disponibilizar informações, métodos contraceptivos e esterilização voluntária a mulheres e homens em idade fértil para que exerçam o direito constitucional de regular suas vidas reprodutivas. Falta empenho em propiciar o abortamento seguro nas circunstâncias permitidas por lei.



Jacqueline Pitanguy é diretora executiva do Fórum da Sociedade Civil nas Américas

Analisar a questão da mortalidade materna a partir da exclusão e da fragmentação dos direitos de cidadania das mulheres em função de sua classe social, raça e etnia revela um mapa bastante perverso da saúde reprodutiva no Brasil. A mortalidade materna é uma questão central de governabilidade em um país como o Brasil, que tem cerca de

A mortalidade materna, no Brasil, é estimada em 130 óbitos por 100 mil nascidos

57 milhões de mulheres em idade reprodutiva e onde mais de 90% dos partos são realizados em hospitais públicos.

O atual governo brasileiro tem a meta de reduzir em 25% o índice de mortalidade materna nas capitais do país nos próximos quatro anos. Dentre as estratégias adotadas, foram assinadas, em maio de 2003, duas portarias ministeriais. A primeira torna obrigatória a notificação de óbitos de mu-

lheres em idade fértil a fim de investigar a causa da morte. A segunda trata da Comissão Nacional de Morte Materna que oferecerá subsídios para o aperfeiçoamento da política nacional de redução da mortalidade materna, estabelecendo relações com os comitês estaduais, municipais e regionais que serão criados nas localidades com mais de 100 mil habitantes.

Consideramos fundamental traçar metas como estas e cumpri-las. Por isso, realizamos o encontro "Os Novos Desafios da Responsabilidade Política", com a participação de parlamentares, gestores públicos e a sociedade civil organizada. Durante esse evento, promovido pela Cepia, ampliamos o debate da mortalidade materna, situando-o no âmbito dos direitos reprodutivos, onde a gravidez não desejada, o aborto inseguro, a violência contra a mulher e seus efeitos sobre a saúde foram debatidos como questões de direitos humanos e de responsabilidade política.

Na ocasião, lançamos também o livro da OMS, "Promovendo a maternidade segura através dos Direitos Humanos", onde com sólida fundamentação, a maternidade segura é tratada como um direito humano das mulheres e a morte materna como algo evitável e de grave violação a estes direitos. Com a tradução e o lançamento do livro esperamos ter ajudado na difusão de leis nacionais, convenções e tratados internacionais, declarações e planos de ação derivados de conferências das Nações Unidas, que configuram instrumentos de direitos humanos e cuja aplicação pode ter efeitos positivos concretos na saúde e no bem estar de mulheres e homens.

Acreditando nisso, esperamos que tanto o encontro, quanto a publicação, tenham contribuído para a promoção da maternidade segura e dos direitos humanos das mulheres, e que as discussões e informações do livro em questão sejam incorporadas no cotidiano da prática dos profissionais de saúde e dos responsáveis por políticas públicas em nosso país.

* Jacqueline Pitanguy é socióloga, diretora da Cepia, membro da Comissão de Cidadania e Reprodução e integrante do Conselho Nacional de Saúde.

Impacto da violência sexual sobre a saúde da mulher

JEFFERSON DREZETT*

A violência sexual é fenômeno universal que atinge mulheres de todas classes sociais, etnias e culturas. Entretanto, a maioria delas se cala por constrangimento, humilhação, ameaça ou por medo de não serem acreditadas. Estima-se que acometa milhões de mulheres e crianças a cada ano no mundo. Os números, assustadores e inaceitáveis, apontam o agressor sexual como conhecido e próximo da mulher. Mesmo na infância, o abuso é cometido por quem a criança conhece e confia e que deveria, em tese, ser responsável pela sua proteção. O abuso permanece oculto por um “pacto do silêncio” e pela incapacidade da sociedade em reconhecer e denunciar sua existência. A falsa convicção de que a violência é problema exclusivo da polícia leva a distorções que colocam medidas legais postergáveis, ainda que de inegável importância, adiante de ações de proteção à saúde da vítima. Esta prática ineficiente e desumana pode ser verificada em todas as esferas de atenção. Exemplo é a freqüente recusa dos serviços de saúde em examinar e cuidar dessas mulheres, mesmo na presença de danos físicos. Ou na menor credibilidade ao relato da vítima quando as lesões físicas estão ausentes. Igual se passa com o risco elevado de contaminação

com as infecções sexualmente transmissíveis (IST) e HIV. Parte expressiva das IST poderia ser evitada com medicamentos normatizados pelo Ministério da Saúde, incluindo-se a prevenção do HIV. No entanto, menos de 10% das mulheres expostas recebem proteção, mesmo que parcial, refletindo o despreparo, desconhecimento ou inobservância das normas

FOTO JOSÉ RENATO PONTES



Jefferson Drezett falou sobre o atendimento a mulheres vítimas de violência sexual

técnicas. Dificuldades maiores podem ser verificadas em relação à gravidez por estupro, encarada pelas mulheres como uma segunda violência. Apesar da metade dos países da América Latina admitir o aborto nos casos de violência sexual, a maioria não garante a concretização desse direito e o aborto legal segue feito de forma rara e excepcional. Com seus direitos desrespeitados, grande parte das mulheres recorre ao aborto clandestino

Com seus direitos desrespeitados, grande parte das mulheres recorre ao aborto clandestino inseguro, o qual tem ceifado a vida de milhares de mulheres

inseguro, o qual tem ceifado a vida de milhares de mulheres. A anticoncepção de emergência (AE), única forma de evitar essa tragédia, permanece ignorada e oferecida a menos de 10% das mulheres.

Um dos problemas é a falsa convicção de que a AE é abortiva, apesar de suficiente evidência científica que garante o contrário. Paradoxalmente, países com as leis mais restritivas ou que menos realizam o aborto legal são os mesmos que colocam as mais incompreensíveis barreiras à AE. Ignorar o impacto desses agravos intensos e devastadores, por vezes irreparáveis, expressa descaso com o enfrentamento da violência sexual enquanto problema de saúde pública. E um imperdoável abandono das mulheres. Cabe aos provedores e profissionais de saúde o reconhecimento de seu importante papel no destino dessas mulheres. E o exercício ético e responsável de medidas protetoras de sua saúde e de seus direitos humanos.

* Jefferson Drezet é coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Atenção a Violência Sexual do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, consultor em Violência Sexual da Coordenação Nacional de DST/Aids, membro da Câmara Técnica de Saúde da Mulher do Conselho Regional de Medicina de SP, da Comissão de Abortamento Legal da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana e do Conselho da Associação Brasileira de Prevenção e Tratamento das Ofensas Sexuais.

Aids na vida das mulheres

WILZA VILLELA*



Wilza Villela apresentou dados sobre HIV/Aids no Brasil

O impacto da Aids, tanto em nível coletivo quanto individual, tem sido objeto de preocupação por parte dos governos e da sociedade civil. A Aids já reduz a esperança média de vida ao nascer em vários países e a perda de horas de trabalho, quer por morte, aposentadoria ou absenteísmo relacionados à Aids pode reduzir a capacidade de produção de riquezas de alguns países, além de aumentar seus gastos com saúde¹; o aumento de crianças órfãs, da viuvez e a sobrecarga familiar derivada do cuidado com os doentes também são problemas sociais já visíveis em várias partes do globo².

Com o advento da terapia antiretroviral, cada dia mais pessoas vivem com HIV e com Aids. Os impactos específicos do viver com HIV incluem a realização de controles periódicos para a determinação de quando iniciar ou alterar o tratamento, os efeitos colaterais dos medicamentos e a disciplina necessária para a sua efetividade, o temor de infecções

oportunistas e a persistência da discriminação.

No Brasil, a rápida e competente resposta da sociedade civil e governo à epidemia tem conseguido reduzir sua velocidade de expansão. Isto, porém, não significa o desaparecimento dos problemas derivados da Aids no país, e sim a possibilidade de visualização de lacunas, como por exemplo: o aumento do número de casos em mulheres com mais de 35 anos e em meninas entre 13-19 anos, que sugere que o modelo vigente de atenção à saúde das mulheres focado na reprodução é insuficiente; o aumento de portadores com menos de sete anos de estudo

que aponta para a necessidade de um conjunto amplo de políticas sociais para o enfrentamento da epidemia, abrangendo trabalho, habitação, renda e acesso a serviços; a existência de pessoas que não sabem que têm o vírus ou que morrem de Aids sem terem feito o diagnóstico em vida; o número de portadores desempregados e com dificuldades de manter o

No Brasil, ainda é o pré-natal o espaço onde as mulheres são diagnosticadas com maior frequência

tratamento por falta de alimentação adequada ou meios para frequentar regularmente os serviços.

Os impactos da epidemia do HIV sobre a saúde sexual e reprodutiva afeta a todos. As pessoas que não têm ou não sabem se têm HIV, têm tido seu exercício da sexualidade permeado pelo fantasma da epidemia. O uso do condom, masculino ou feminino, ainda é um problema e a negociação sexual continua

não sendo simples. Para as pessoas com HIV as questões de sexualidade e reprodução são ainda mais delicadas: no Brasil, ainda é o pré-natal o espaço onde as mulheres são diagnosticadas com maior frequência. O diagnóstico e a eventual crise que esta notícia acarreta, permite uma série de abusos por parte de serviços e profissionais de saúde, como a indução à esterilização. Com os homens, a questão da reprodução raramente é discutida nos serviços de saúde, embora muitos homens com HIV queiram ser pais e se perguntem como isto seria possível sem colocar em risco a parceira ou a futura criança. A idéia que permeia o senso comum e orienta os procedimentos médicos é que pessoas com HIV não devem se reproduzir.

A redução dos impactos da epidemia do HIV sobre as mulheres é correlata à redução da sua vulnerabilidade ao vírus e aos agravos provocados pelo vírus, o que implica a elaboração de políticas específicas, visando:

- ◆ autonomia de esfera sexual de modo a ser possível negociar a prevenção;
- ◆ acesso a serviços de boa qualidade de modo a garantir diagnóstico precoce com aconselhamento e seguimento adequado dos casos positivos;
- ◆ respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;
- ◆ reconhecimento do trabalho social das mulheres como cuidadoras de pessoas vivendo com HIV.

* Wilza Villela é médica, assistente de direção do Instituto de Saúde SES/SP e membro da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.

¹ Bronfmann, M., Herrera, C. (2003) – El HIV: una perspectiva multidimensional. In: Ramos, S.; Gutiérrez, A. *Nuevos desafíos de la responsabilidad política*. CEDES, CELS, Cuadernos del Foro, año 4, n.5.

² UNGASS (2001) – “Global Crisis, Global Action”. Documento de Compromisso. (mimeo)

Cepia produz 'cola de bolso', cartaz e *folder* para auxiliar atendimento às vítimas de violência sexual

Uma 'cola de bolso', com os protocolos do Ministério da Saúde para o atendimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência sexual impressos de forma simples e objetiva, é a mais nova investida da Cepia em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) da Prefeitura do Rio contra a desinformação. A 'cola' vem sendo distribuída, junto com cartazes, às equipes de maternidades e hospitais de emergência municipais e estaduais. O objetivo é difundir de forma ampla e eficiente as medidas mais urgentes de anti-concepção de emergência e de profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV/Aids.

A 'cola', que pode ser guardada numa carteira de bolso, informa, entre outras coisas, como utilizar parte do coquetel de medicamentos do HIV/Aids na profilaxia da doença e o número de pílulas que deve ser tomado para se evitar a gravidez indesejada. *Folders*, com os endereços das unidades de saúde que prestam este tipo de atendimento



na cidade, também estão sendo distribuídos à população.

Dias 18 e 19 de novembro, com o apoio Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva (Prosare), um grupo de 142 profissionais, sendo 53 pediatras, 56 ginecologistas e 33 clínicos, participou de mais um treinamento do projeto, que tenta sensibilizar profissionais de saúde para um atendimento ainda mais ético e humanizado em casos de violência sexual. Aspectos técnico-científicos, que envolvem medicações e procedimentos de anti-concepção de emergência e de profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis, e questões de gênero, base das agressões praticadas contra mulheres de todas as idades, foram abordados durante o curso. A parceria da Cepia com a SMS no atendimento às vítimas de violência existe desde o ano de 2000.

A próxima fase do Prosare, capitaneado pela Cepia, prevê a conscientização de policiais para a importância de um encaminhamento imediato das vítimas de violência sexual às unidades de atendimento médico.

NOTAS

Participações e parcerias da Cepia em 2003

ESTATÍSTICAS E DIREITOS HUMANOS – Rosana Heringer apresentou o projeto ICC – Índice de Compromissos Cumpridos: Uma estratégia para o controle cidadão da igualdade de gênero, durante a oficina Estatísticas Nacionais e Direitos Humanos, promovida pelo IBGE e a ENCE, nos dias 31 de julho e 1º de agosto, no IBAM.

SEATTLE – Em novembro, Jacqueline Pitanguy participou de debate sobre HIV/Aids e Direitos Humanos, em Seattle, EUA, onde apresentou programa brasileiro de combate à Aids, destacando tensões entre direito à saúde e lógica do mercado de patentes de medicamentos.

ABRASCO – Ruth Mesquita e Jeanne Lima apresentaram o trabalho *Novas perspectivas de atendimento à mulher vítima de violência sexual* durante o VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, realizado em Brasília, de 27 de julho a 2 de agosto, pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

SEGURANÇA HUMANA – Em outubro, Jacqueline Pitanguy realizou palestra sobre segurança humana entendida a partir dos Direitos Humanos, em conferência na John Hopking University, nos EUA.

LIVRO NO RECIFE – O documento da OMS, trazido e publicado pela Cepia *Promovendo a Maternidade Segura Através dos Direitos Humanos* foi lançado no Recife, dia 23 de outubro, no evento *Controle Social e Direitos Humanos: garantindo o acesso à maternidade segura*, com a participação de Maria Elvira Mello.

SEGURANÇA ALIMENTAR – Em setembro, Dayse Miranda apresentou o ICC – Índice de Compromissos Cumpridos na Oficina de Trabalho Nacional sobre as Diretrizes para o Monitoramento da Realização do Direito à Alimentação Adequada, em Brasília, e participou das atividades de promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e do Inquérito Civil Público instaurado em 23 de maio.

COMO CRIAR UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO? – Durante a oficina sobre *Democratização, organização e acesso ao conhecimento*, realizada pela Abia – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, nos dias 24 e 25 de novembro, no Hotel Guanabara, foi lançado o *Manual para criação de Centros de Documentação*, com revisão de Sandra Infurna, bibliotecária da Cepia. Informações: sandra@cepia.org.br.

CEPAL – A Cepal promoveu, em Santiago do Chile, em outubro, uma reunião da qual participaram

Ministras dos Direitos Humanos de diversos países, como Emília Fernandes do Brasil. Como debatedora, esteve presente Jacqueline Pitanguy, Sônia Correia e Suelly Carneiro.

CURSO – A Cepia, em parceria com a Faculdade de Medicina da UFRJ, coordenou durante o ano, o curso *Saúde, corpo e sociedade* do Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da UFRJ, oferecido de forma multidisciplinar aos alunos de medicina, fisioterapia e fonoaudiologia da universidade.

SAÚDE – Ruth Mesquita, fez palestra, em dezembro, no evento *Atuais Políticas de Saúde da Mulher e os Desafios Para Implementação de Programas de Saúde Reprodutiva*, promovido em parceria entre o Núcleo de Estudos e Ações em Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino da Escola de Serviço Social da UFRJ e a Secretaria Municipal de Saúde, e no I Fórum *Direitos da Mulher da Região Serrana*, em Teresópolis, em outubro. Foi representante da Cepia, em agosto, no I Fórum de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna, e debatedora na mesa sobre *Violência de Gênero na VIII Jornada de Perinatologia do Hospital Municipal Raphael de Paula Souza*, em agosto.

ÍNDICE DE COMPROMISSOS CUMPRIDOS: Uma estratégia para o controle cidadão da igualdade de gênero

ROSANA HERINGER E DAYSE MIRANDA*

A Cepia, em parceria com a Flacso/Chile (Facultad Latino-Americana de Ciências Sociales), desenvolveu ao longo de 2003 o projeto ICC – Índice de Compromissos Cumpridos no Brasil. O projeto consiste na avaliação dos avanços e retrocessos do país no cumprimento dos Planos de Ação de Beijing e Cairo. O ICC está sendo desenvolvido em vários países da América Latina e apresenta-se como um instrumento teórico e político útil para as organizações de mulheres de todo o país.

O desafio de manter e ampliar as conquistas das mulheres brasileiras ao longo dos próximos anos depende em grande medida da capacidade de organização e pressão do movimento de mulheres, nos seus vários segmentos, junto ao governo brasileiro. É neste sentido que o ICC surge como um importante instrumento de monitoramento das ações governamentais voltadas para as mulheres, a partir das metas estipuladas nas conferências do Cairo e de Beijing, nas seguintes áreas temáticas:

1. Participação política e acesso ao poder
2. Autonomia econômica e emprego
3. Saúde, direitos sexuais e reprodutivos e violência contra a mulher

Durante o primeiro semestre de 2003, a Cepia realizou, primeiramente, o mapeamento das prioridades do movimento de mulheres brasileiras. Realizamos também a sistematização dos compromissos internacionais assumidos pelo governo com relação à Plataforma de Ação Mundial da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995) e ao Plano de Ação da Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994).

Com base nestas informações, identificamos as principais temáticas relevantes a partir da análise das demandas do movimento de mulheres.

A equipe de pesquisa da Cepia consultou as organizações de mulheres de todo país, visando discutir e definir os indicadores sócio-econômicos e políticos mais adequados à realidade brasileira destinados a subsidiar o cálculo do ICC. A consulta foi realizada em reuniões de trabalho com organizações de mulheres em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, nos meses de maio e junho de 2003, e virtualmente, por meio eletrônico, às redes e organizações do movimento de mulheres.

Dezenas de mulheres representantes de organizações não governamentais, órgãos do governo, universidades e ativistas autônomas participaram das reuniões de consulta.

Após a definição dos temas e indicadores que seriam levantados, a equipe da Cepia localizou e sistematizou os dados estatísticos necessários para o cálculo de cada um dos índices temáticos e apurou o ICC Brasil, demonstrando o quanto o país já avançou e o quanto ainda precisa avançar em relação às metas definidas e acordadas em Beijing e Cairo. Os resultados do cálculo do ICC Brasil estarão disponíveis em janeiro de 2004 na página eletrônica da Cepia (www.cepia.org.br).

Numa análise preliminar, podemos afirmar que o Brasil colheu avanços no que diz respeito às metas estabelecidas pelos documentos internacionais das conferências de Beijing e Cairo, mas ainda tem um longo caminho a percorrer a fim de garantir e proteger os direitos das mulheres. Os avanços obtidos desde 1995



devem servir de incentivo para que continuemos pressionando o governo brasileiro, assim como o setor privado e as diferentes organizações da sociedade civil para que se comprometam cada vez mais com a equidade de gênero e tomem medidas concretas no sentido de alcançá-la na prática.

Países onde vêm sendo realizado o projeto ICC

JÁ CONCLUÍDOS:

Argentina
Chile
Colômbia
Ecuador
Paraguai
Peru
Uruguai

EM ANDAMENTO:

Bolívia
Brasil
América Central (vários países)
México
República Dominicana
Venezuela

* Rosana Heringer é pesquisadora da Cepia e coordenadora do Projeto ICC-Brasil. Dayse Miranda é socióloga e assistente no Projeto ICC-Brasil.



"Rompe-se com a lei 9.099/95 por considerar que a violência doméstica contra as mulheres não é crime de menor potencial ofensivo."

A magnitude da violência praticada contra as mulheres ainda é pouco visível no Brasil. Não existem pesquisas de âmbito nacional que possam contabilizar essa criminalidade. Apesar dessa dificuldade, as pesquisas de alcance local indicam a persistência de um padrão de relacionamento entre homens e mulheres na vida pública e no espaço privado calcado em desigualdades evidenciadas em diferentes indicadores sociais.

Há, de fato, uma cultura nacional, apoiada em contexto histórico de exclusão social, que naturaliza as discriminações de gênero e diminui sensivelmente o alcance dos preceitos constitucionais de igualdade. Além disso, a produção doutrinária do direito, mesmo a mais democrática, não tem igualmente incorporado a perspectiva de gênero, desconhecendo o trabalho inovador de juristas feministas.

Nesse sentido, apesar da existência de princípios e normas nacionais e internacionais, como o §8º do artigo 226 da Constituição Federal e do Decreto Legislativo nº 107/95, complementado pelo Decreto nº 1.973/96, que tornou lei interna a *Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres* – Convenção de Belém do Pará, de 1994, a violência contra as mulheres, em especial aquela cometida por pessoas que privam ou já privaram da intimidade das vítimas, tais como maridos e companheiros, continua sendo absorvida e absolvida por nosso sistema jurídico.

Em flagrante contradição com o artigo 61 do Código Penal, que considera que os crimes praticados por pessoas que privam da intimidade da vítima devem ser considerados de maior gravidade, a Lei 9.099, de

Lei contra violência doméstica em coerência com a Conferência de Belém do Pará

LEILA LINHARES BARSTED*

1995, praticamente descriminalizou as violências mais comuns cometidas contra as mulheres por tais agentes – lesões corporais e ameaças, dentre outras, que passaram a fazer parte do rol dos crimes considerados de "menor potencial ofensivo".

Em face desta situação, desde agosto de 2002, uma articulação ONGs feministas – Cepia, Cfemea, Themis, Cladem, Advocaci, Agende, além de juristas individuais, iniciou um processo de elaboração legislativa voltado para avaliar os efeitos da lei 9/099/95; analisar os diversos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre esta matéria e a legislação sobre violência contra mulheres de diversos países latino-americanos, no intuito de buscar uma resposta legislativa adequada e coerente com a Convenção de Belém do Pará.

A relevância dessa nova produção legislativa foi destacada pelo Comitê da Cedaw, em julho deste ano, por ocasião da apresentação brasileira, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do primeiro Relatório Nacional sobre a situação das mulheres no país. Este Comitê, em suas recomendações ao governo brasileiro, apontou como necessária e urgente a elaboração de lei contra a violência doméstica.

O trabalho realizado por estes grupos de operadoras do direito de diferentes ONGs e de distintas inserções no mundo do direito tem como objetivo oferecer ao Congresso Nacional uma proposta legislativa moderna, coerente com a Convenção de Belém do Pará. Tal proposta fundamenta-se em alguns princípios: a violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos; o direito à segurança e ao acesso à justiça é parte integrante dos Direitos Humanos; o Estado tem o dever de atuar de forma eficaz na prevenção, no combate e na reparação dessa violência assegurando

do os Direitos Humanos das Mulheres. Esta proposta, entregue à bancada feminina na Câmara dos Deputados, em novembro deste ano, constitui uma visão nova do direito, combinando procedimentos cíveis, administrativos e criminais. Rompe-se com a lei 9.099/95 por considerar que a violência doméstica contra as mulheres não é crime de menor potencial ofensivo e expressa relações de poder. Criam-se medidas protetivas e de segurança para as mulheres, dentre as quais: ordem de afastamento do agressor da residência comum, ordem de impedimento do agressor de aproximar-se da vítima em sua residência, locais de trabalho e outros que habitualmente esta freqüente, ordem de restituição de objetos e de documentos da vítima. São criadas, também, obrigações para o Estado, dentre elas a criação e manutenção de serviços de prevenção e atenção à violência contra as mulheres como delegacias especiais, serviços na área da saúde, serviços de orientação e atendimento jurídico e psicológico, casa abrigos e outros.

Coerente com o moderno direito penal, a proposta não cria novos crimes e tampouco prevê penas para além das já previstas no Código Penal. Pretende-se tão somente, na parte criminal das medidas a serem adotadas, a aplicação do dispositivo do artigo 61 do Código Penal, considerando que crimes cometidos por pessoas que privam da intimidade da vítima devem ser apenados de forma mais severa que se praticados por estranhos.

Espera-se que esta proposta possa ser amplamente discutida pelos movimentos de mulheres em todo o país e conte com a compreensão do Congresso Nacional sobre o fato de que uma vida sem violência é também um Direito das Mulheres.

* Leila Barsted é advogada e diretora da Cepia.

Cepia publica e participa de livros em 2003



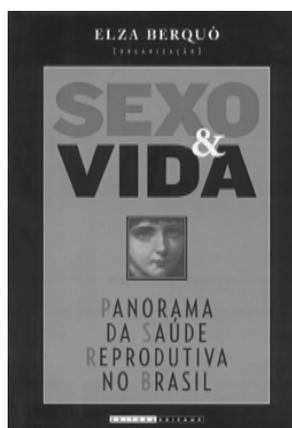
A QUESTÃO DE GÊNERO NO BRASIL lançado pela Cepia este ano, é um relatório do Banco Mundial de análise das principais questões relacionadas às desigualdades de gênero no Brasil, concluído em 1999 e atualizado em 2001. Escrito por Maria Valéria Junho Pena, socióloga e coordenadora para gênero na América Latina e Caribe, e Maria C. Correia, especialista em desenvolvimento social da África, o livro tem introdução de Jacqueline Pitanguy.



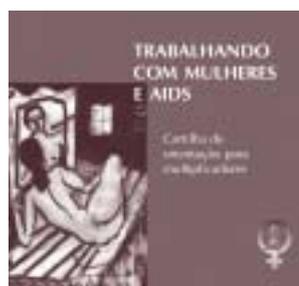
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO: UM MODELO PARA AMAR – O CASO DO BRASIL publicado pela Cepal este ano traz textos de Sônio Montañó (As políticas públicas de gênero: um modelo para amar. O Caso do Brasil), Jacqueline Pitanguy (Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil) e Thereza Lobo (A questão federal e a questão de gênero – Perspectivas de Institucionalização).



PROMOVENDO A MATERNIDADE SEGURA ATRAVÉS DOS DIREITOS HUMANOS é um documento da Organização Mundial da Saúde (OMS) traduzido e lançado pela Cepia durante o encontro do Fórum da Sociedade Civil nas Américas. Coordenado por Rebecca Cook e Bernard Dickens, professores da Universidade de Toronto, o documento situa, com sólida fundamentação, a maternidade segura como um Direito Humano das Mulheres. Para a edição no Brasil, a Cepia apresenta um capítulo final com considerações sobre o contexto nacional.



SEXO & VIDA – Panorama da Saúde Reprodutora no Brasil, organizado pela pesquisadora Elza Berquó, traz artigos das diretoras da Cepia, Jacqueline Pitanguy – Violência de gênero e saúde / Interseções – e Leila Barsted – O Campo Político / Legislativo dos Direitos Sexuais. Editado pela Unicamp este ano, com apoio da Fundação Ford, reúne textos sobre sexualidade, Aids, aborto, Direitos Humanos, e sintetiza esforços do Programa de Estudos em Saúde Reprodutiva e Sexualidade do Núcleo de Estudos de População da Unicamp.



TRABALHANDO COM MULHERES E AIDS – Cartilha de Orientação para Multiplicadores é resultado do projeto 'Sala de Espera' desenvolvido pela Cepia, durante os anos de 2001 e 2002. Ao fim do trabalho, realizado em 11 hospitais do Rio de Janeiro, em parceria com a Escola de Serviço Social da UFRJ, o grupo sentiu necessidade de publicar um manual que pudesse servir de base para agentes de saúde multiplicadores. A publicação contou com apoio do Ministério da Saúde, através da Coordenação Nacional de DST/Aids e teve parceria da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e do Núcleo de Estudos e Ações em Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino da Escola de Serviço Social da UFRJ.



DIREITOS REPRODUTIVOS NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS – Síntese para gestores, legisladores e operadores do direito, publicação da Advocaci, com apoio da UNFPA, lançado este ano, tem redação da diretora da Cepia, Leila Barsted, de Flávia Piovesan, Daniela Ikawa e Miriam Ventura, coordenadora do trabalho.

Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação

Rua do Russel 694/201 Glória 22210-010 Rio de Janeiro RJ Brasil
Telefaxes: (21)2558-6115 e (21)2205-2136 cepia@alternex.com.br www.cepia.org.br

É permitida a reprodução parcial ou total dos artigos deste jornal, desde que citada a fonte.

IMPRESSO